



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2014.0000199309**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0210632-83.2009.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A, são apelados/apelantes ROSÂNGELA APARECIDA PECCA LENHARO (JUSTIÇA GRATUITA), JENIFER APARECIDA LENHARO (JUSTIÇA GRATUITA) e DAVID APARECIDO LENHARO (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso da ré e deram parcial provimento ao recurso adesivo dos autores. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 3 de abril de 2014.

**Palma Bisson**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0210632-83.2009.8.26.0100**

**APELANTE/APELADOS:** DERSA — DESENVOLVIMENTO

RODOVIÁRIO S/A; ROSANGELA

APARECIDA PECCA LENHARO E OUTROS

**COMARCA** : SÃO PAULO

**V O T O Nº 19.051**

Ementa: Acidente de trânsito – ação de indenização por danos materiais e morais - sentença de procedência – apelação da ré e adesivo dos autores – preliminares de nulidade da sentença que não se sustentam, ou porque os demandantes desistiram da produção das provas que antes haviam especificado, ou porque inúteis à solução da pendenga elas seriam, ou porque o decisum recorrido veio a lume visivelmente fundamentado e no ponto com suficiência capaz de amparar o decreto de procedência da demanda, sobretudo porque, inda que examinando fato ocorrido há mais de vinte anos, enfrentou-o à luz do que ordinária ou notoriamente ocorre, destarte restando atendido o que dispõe o art. 131 do CPC - pedra (pera) nascida na encosta de rodovia, como aquela que dá nome ao famoso vinho lusitano, é sempre manca (oscilante), de modo que o perigo de deslizar é previsível e evitável, respondendo pelos danos que o deslizamento causar a concessionária daquela, justamente por dever prevê-lo e evitá-lo - majoração não comporta a



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

indenização por danos morais, porquanto nem indenizáveis seriam dores sentidas em 1990 e reclamadas somente em 2009, que o reconhecido efeito cicatricial do tempo cuidou de pensar - majoração também não comporta a verba honorária sucumbencial, porquanto, fixada sem inconformismo da demandada em 10% (dez por cento) do valor total da condenação, remunera com superlativa dignidade a atuação da patrona dos demandantes - “A pensão prestada à viúva pelos danos materiais decorrentes da morte de seu marido não termina em face da remaridação, tanto porque o casamento não constitui nenhuma garantia da cessação das necessidades da viúva alimentanda, quanto porque o prevalecimento da tese oposta importa na criação de obstáculo para que a viúva venha a contrariar novas núpcias, contrariando o interesse social que estimula que as relações entre homem e mulher sejam estabilizadas com o vínculo matrimonial” - se foi pedido o pensionamento, sem contestação, até a data em que o falecido completaria setenta anos, descabido era fixar limite inferior para a cessação daquele (sessenta e cinco anos), inda mais se se considerar que a jurisprudência do C. STJ vem assentando não ser este absoluto e possível o estabelecimento de diverso, segundo tabela elaborada pelo IBGE - recurso da ré improvido; adesivo dos autores parcialmente provido.

### RELATÓRIO

Ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito que Rosangela Aparecida Pecca Lenharo, Jenifer Aparecida Lenharo e David Aparecido Lenharo intentaram em face de Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S/A foi julgada procedente pela respeitável sentença de fls. 124/130, de lavra da MM. Juíza de Direito Tonia Yuka Kôroku, “condenando a ré ao pagamento das seguintes verbas em favor dos autores: a) pensão alimentícia mensal à autora viúva até que ela



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*contraia novas núpcias e aos seus filhos, até a data que atingiram 25 anos de idade ou até a data em que se casaram ou se casarem (RJTJSP, 101:120; JTACSP, Revista dos Tribunais, 108:137), correspondente a 2/3 do salário mínimo até o ano em que ele completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade (STJ, REsp 3.023-SC, 3a. T., j. 13-8-90, Rel. Min. Cláudio Santos, DJU, 22 out. 1990, n. 202, p. 11663), assegurado o direito de acrescer dos requerentes, ou seja, cessado o direito de um deles, de continuar recebendo a sua quota, na pensão, transfere-se tal direito aos demais, que terão, assim, suas quotas acrescidas. O pagamento da pensão será assegurada pela renda do capital, na forma do art. 475-Q do Código de Processo Civil. O termo inicial da indenização é a data do evento, isto é, 03 de janeiro de 1990, ao passo que o termo final é a data em que for contraída novas núpcias pela esposa viúva ou a data em que os filhos completaram 25 anos de idade, assegurado o direito de acrescer das requerentes, conforme acima explicitado. A pensão deverá ser de um salário mínimo, ante a ausência da prova de renda da vítima da época. As prestações vencidas, isto é, aquelas que se venceram até ao dia do trânsito em julgado da sentença, devem ser pagas de uma só vez, com correção monetária e juros, contados estes a partir da data do evento, 03/01/1990. b) R\$100.000,00 (cem mil reais) a*



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*título de danos morais aos autores, credores solidários desta verba, que deverá ser pago de uma só vez, com correção monetária pela tabela prática do TJSP e juros de mora de 1% ao mês, ambos desde a data da publicação desta sentença. Porque sucumbente, arcará a ré com o pagamento do valor das custas, despesas processuais e dos honorários do Dr. Patrono dos autores, ora arbitrados em 10% (dez por cento) do valor total da condenação".*

*Fincou-se o decísum na seguinte motivação: "A ação é procedente. Segundo o laudo de fls. 24/25, a encosta do local dos fatos não tinha rede ou tela de contenção no caso de desmoronamento ou deslizamento. Não há se falar em caso fortuito, pois o fato não era imprevisível. Não é de hoje que as chuvas do mês de janeiro causam enchentes e deslizamentos em morros e encostas, bloqueando estradas e vias. É fato notório que o mês de janeiro é um mês de chuvas fortes, cabendo à ré, ciente do fato, tomar as providências para evitar ou amenizar os danos causados pelas chuvas nas estradas. No caso em tela, a vítima foi atingida por uma pedra, fato plenamente previsível no mês de janeiro, mês do acidente. As chuvas deixam as encostas frágeis, sendo necessária a colocação de redes de contenção. Caso fortuito seria se a vítima tivesse sido atingida por um raio, fato*



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*sim inevitável e imprevisível. Configurada, portanto, a culpa da ré, passo à fixação da indenização. A vítima tinha 40 anos de idade na data dos fatos e os co-réus filhos da vítima tinham 14 e 06 anos de idade (fls. 30). Assim, a indenização material consiste em pensão alimentícia mensal à autora viúva até que ela contraia novas núpcias e aos seus filhos, até que atinjam a idade de 25 anos de idade ou até a data em que se casarem (RJTJSP, 101:120; JTACSP, Revista dos Tribunais, 108:137), correspondente a 2/3 do salário mínimo, na ausência de prova da renda da vítima na época dos fatos, assegurado o direito de crescer dos requerentes, ou seja, cessado o direito de um deles, de continuar recebendo a sua quota, na pensão, transfere-se tal direito aos demais, que terão, assim, suas quotas acrescidas. Nesse sentido: "Indenização por morte - vida média: sessenta e cinco anos - Inclina-se em corrente majoritária a jurisprudência pelo cálculo da vida média do brasileiro em sessenta e cinco anos para o fim de reparação de dano do qual decorre o evento morte. Acórdão mantido" (STJ, 3a. T., REsp 3.023-SC, Rel. Min. Cláudio Santos, j. 13-8-1990, m.v., DJU, 22 out. 1990, p. 11663, Seção I, ementa) Acidente de trânsito - Falecimento - Pensão - Reconhecimento do **direito de crescer** em caso de cessação da pensão para uma das beneficiárias -*



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Admissibilidade - Decisão consonante com o princípio da amplitude da indenização (1o. TACSP, Ap. 432-392/90-SP, 2a. Câm., j. 7-3-1990, Rel. Jacobina Rabello) Não há décimo terceiro salário no caso em tela, pois o autor não era empregado e **sim trabalhador autônomo** (Súmula 207 STF, RTJ, 82:515) O pagamento da pensão será assegurada pela renda do capital que deverá ser constituído pela ré, na forma do art. 475-Q do Código de Processo Civil. O termo inicial da indenização é a data do evento, isto é, 03 de janeiro de 1990, ao passo que o termo final é a data em que for contraída novas núpcias pela esposa viúva ou a data em que os filhos completaram 25 anos de idade, assegurado o direito de acrescer das requerentes, conforme acima explicitado. A pensão deverá ser de um salário mínimo, ante a ausência da prova de renda da vítima da época. As prestações vencidas, isto é, aquelas que se venceram até ao dia do trânsito em julgado da sentença, devem ser pagas de uma só vez, com correção monetária e juros, contados estes a partir da data do evento, 03/01/1990. Com relação ao dano moral, ensina Yussef Said Cahali que (...). Atualmente, estabelecendo a Súmula 37 do STJ que "são cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato", tranqüilizou a jurisprudência no sentido de permitir a acumulação de condenação do autor de*



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*ato ilícito no pagamento de prestações alimentícias, como ressarcimento pelos danos patrimoniais, sem prejuízo de uma indenização reparatória distinta e autônoma referente aos danos morais em favor dos filhos e da esposa do chefe de família falecido, pois o pagamento dos prejuízos materiais nem sempre completam a integral reparação dos danos causados. (Dano Moral, 2a. edição, 1998, editora Revista dos Tribunais, págs. 158/160). Quanto ao valor da indenização por dano moral, considerando que os co-réus eram menores na época dos fatos e ficaram sem o apoio financeiro e afetivo do pai, arbitro o valor em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que deverá ser pago de uma só vez, com correção monetária pela tabela prática do TJSP e juros de mora de 1% ao mês, ambos desde a data da publicação desta sentença".*

Apelam ambas as partes.

A ré às fls. 134/141, suscitando preliminar de nulidade da sentença, quer por cerceamento de defesa, pois indispensável seria produção de prova testemunhal e pericial para demonstrar "que a rolagem de pedra naquele local era de fato imprevisível" e que "em locais onde há tais riscos a Dersa tomou todas as providências para evitar tais acidentes", quer por despida de





# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

fundamentação, porquanto no *decisum* "não há sequer uma palavra sobre o caso concreto, não há análise do local, do risco real que havia de ocorrer o desabamento, nem mesmo se realmente naquele ano houve muita chuva (e já se passaram mais de 20 anos do fato)"; depois, pede a inversão do desfecho, ao argumento que: **i.** "as obrigações da empresa para evitar a ocorrência de acidentes foram todas cumpridas. Nas rodovias sob sua concessão, a Dersa mantém a rodovia bem sinalizada, a pista de rolagem em ótimas condições, possui viaturas pela rodovia diuturnamente para atendimento aos usuários, além de realizar vistorias técnicas rotineiramente"; **ii.** "a invasão da pista de rolagem por uma pedra que deslizou do barranco em local onde tecnicamente não há tal risco, é caso fortuito, evento revestido de inevitabilidade e imprevisibilidade, o que evidentemente exclui a responsabilização da concessionária".

Os autores adesivamente às fls. 176/182, perseguindo a manutenção do pensionamento da viúva mesmo em face da sua remaridação e até a data em que o falecido completaria 70,7 anos, a majoração da indenização por danos morais ao **"valor equivalente a 100 (cem) salários mínimos para cada um"** dos demandantes e dos honorários advocatícios "para 20% (vinte por cento) sobre o



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*valor da condenação", ali porque, "tal quantia não os enriquecerá, mas terá o condão de coibir a **Recorrida** de se omitir no dever de preservação das vias que administra", aqui "em função do trabalho desenvolvido pela patrona dos **Recorrentes**".*

Recursos tempestivos, preparado tão somente o da ré (fls. 142/143) em razão da gratuidade processual deferida aos autores às fls. 50, e respondidos (fls. 166/174 e 193/197).

### FUNDAMENTOS

O apelo da ré não comporta guarida e o adesivo dos autores procede em parte.

Verdade que a apelante, ao especificar provas, disse que pretendia produzir a testemunhal e pericial "para comprovar, respectivamente, a perfeita prestação do serviço na rodovia onde se deu o acidente e as perfeitas condições da rodovia no trecho" (fls. 87).

A juíza da causa não apreciou tal pleito, e, ao final da audiência de tentativa de conciliação, determinou que os autos fossem a ela conclusos para sentença, com isso implicitamente dando por encerrada a instrução (fls. 120/121).



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pois os ora recorrentes, na ocasião, conformaram-se com a iminente prolação da sentença, o que implicou na desistência da produção das provas que antes haviam especificado; caso contrário, na produção delas teriam insistido, sem permitir tivesse constado do termo o que constou ou impugnando o ali constante, resistindo enfim e expressamente ao encerramento da instrução.

Como nada disso fizeram, tardia e não conhecível me afigura sua alegação de que sua defesa cerceada foi e então comportaria anulação a sentença guerreada.

De todo modo, não se havia mesmo de deferir a produção das provas testemunhal e pericial especificadas em 2010, em face o largo tempo da ocorrência do acidente (1990), quando então certamente alterado o sítio em que ocorrido e deslembradas eventuais testemunhas acerca dele, revelando-se aquelas, por isso, inúteis à solução da pendenga.

Já o *decisum* recorrido veio a lume visivelmente fundamentado e no ponto com suficiência capaz de amparar o decreto de procedência da demanda, sobretudo porque, inda



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

que examinando fato ocorrido há mais de vinte anos, enfrentou-o à luz do que ordinária ou notoriamente ocorre, assim atendendo o que dispõe o art. 131 do CPC.

Por conta disso e aquilo rejeito as preliminares e já me encaminho para o dito decreto confirmar, haja vista que pedra (**pera**) nascida na encosta de rodovia, como aquela que dá nome ao famoso vinho lusitano, é sempre **manca** (oscilante), de modo que o perigo de deslizar é previsível e evitável, respondendo pelos danos que o deslizamento causar a concessionária daquela, justamente por dever prevê-lo e evitá-lo.

Nesse sentido já decidiu esta Corte de Justiça, como se vê:

*"RESPONSABILIDADE CIVIL - Pretensão do autor ao recebimento de quantia desembolsada para conserto de veículo de sua propriedade bem como lucros cessantes, decorrentes de acidente provocado por deslizamento de terra em estrada - Cabimento - 'Faute du service' evidenciada - Conjunto probatório que atesta a conduta omissiva da concessionária da rodovia - Ausência de obras de contenção - Inocorrência de caso fortuito ou força maior*



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- *Sentença de procedência mantida - Negado provimento ao recurso*" (Apelação nº 0000877-25.2011.8.26.0625 - 8ª Câmara de Direito Público - Rel. Des. RUBENS RHIL - J. 3.10.2012).

Por outro lado, majoração não comporta a indenização por danos morais, porquanto nem indenizáveis seriam dores sentidas em 1990 e reclamadas somente em 2009, que o reconhecido efeito cicatricial do tempo cuidou de pensar.

Majoração também não comporta a verba honorária sucumbencial, porquanto, fixada sem inconformismo da demandada em 10% (dez por cento) do valor total da condenação, remunera com superlativa dignidade a atuação da patrona dos demandantes.

Contudo, "A pensão prestada à viúva pelos danos materiais decorrentes da morte de seu marido não termina em face da remaridação, tanto porque o casamento não constitui nenhuma garantia da cessação das necessidades da viúva alimentanda, quanto porque o prevalecimento da tese oposta importa na criação de obstáculo para que a viúva venha a contrariar novas núpcias, contrariando o interesse social que estimula que as relações entre homem e mulher sejam



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*estabilizadas com o vínculo matrimonial"* (STJ – 4ª T. – REsp nº 142.526/RS – Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA – J. 07.06.2001).

E ainda: se foi pedido o pensionamento, sem contestação, até a data em que o falecido completaria setenta anos, descabido era fixar limite inferior para a cessação daquele (sessenta e cinco anos), inda mais se se considerar que a jurisprudência do C. STJ vem assentando não ser este absoluto e possível o estabelecimento de diverso, segundo tabela elaborada pelo IBGE (CC de THEOTONIO, Saraiva, 2013, 32ª edição, pág. 357, nota 7 ao art. 948).

Diante do exposto, eu nego provimento ao recurso da ré e dou parcial provimento ao adesivo dos autores, para assentar devido o pensionamento da viúva demandante mesmo em face da sua remaridação e até a data em que o falecido completaria setenta anos.

É como voto.

**Des. PALMA BISSON**

**Relator**